



Publicado em: 11/12/2015 | Setor responsável: Assessoria de Comunicação Social

## Sessão entrou pela madrugada de ontem

A última sessão plenária entrou pela madrugada de quinta-feira. Nela, os parlamentares aprovaram 5 projetos enviados pelo Poder Executivo. O governo retirou da pauta o Projeto de Lei 21.631/2015, que institui a reformulação da concessão de licença prêmio, estabilidade econômica e gozo de férias. O PL volta para a discussão em janeiro. Entre os projetos aprovados, está o PL 21.623/2015 que institui o Projeto Estadual de Incentivo à Concessão de Estágio e Primeira Experiência Profissional a estudantes e egressos da rede estadual de educação profissional; e a jovens e adolescentes qualificados por programas governamentais executados pelo Estado da Bahia. Relatado pelo petista Rosemberg Pinto, o projeto foi aprovado no seu texto original. O projeto tem como objetivo aumentar a possibilidade de inserção de adolescentes e jovens baianos no mercado de trabalho, além de estimular a capacitação técnico-profissional do educando. O Poder Executivo enviou o PL 21.624/2015 que institui o Projeto Estadual de Auxílio Permanência aos estudantes em condições de vulnerabilidade das universidades públicas estaduais da Bahia. Os deputados Bira Corôa (PT) e Eduardo Salles (PP), relator do projeto, se reuniram com uma comissão de estudantes, no meio da tarde, para ouvir as reivindicações e encaminhar as negociações. Mas a iniciativa não foi suficiente para distensionar o ambiente. Ao longo da sessão o presidente Marcelo Nilo foi obrigado a mandar desocupar as galerias em duas ocasiões (na segunda, ficou acertado que os estudantes entrariam no momento em que o PL 21.624 começasse a ser discutido. Mesmo sob forte manifestação dos estudantes das universidades estaduais da Bahia, o parlamento aprovou a matéria sem emendas. O PL 21.632/2015 que institui o Programa Estadual de Inclusão Socioprodutiva – Vida Melhor também foi aprovado, bem como o PL 21.634/2015 que institui a taxa de prestação de serviços nas áreas dos distritos industriais da Bahia geridos pela SUDIC e pelo CIS; e ainda cria o Fundo Estadual de Manutenção das áreas industriais da SUDIC – FUNEDIC. Os projetos foram aprovados por unanimidade pelos deputados e seguem agora para a sanção do governador Rui Costa. ICMS O primeiro projeto a ser aprovado foi o 21.621/2015 que dispõe sobre a alteração do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Com a aprovação por maioria dos presentes, 33 votos a favor e 17 contra, o ICMS terá um aumento na alíquota, que passará de 17% para 18% e inclui segmentos como produtos à base de fumo e bebidas alcoólicas, na taxação de 2% para o Fundo de Combate à Pobreza. A matéria foi aprovada no âmbito das comissões técnicas, após a maioria seguir o voto favorável do deputado Alex Lima (PTN). O relator rejeitou as quatro emendas apresentadas: duas de Luciano Ribeiro (DEM), uma de Eduardo Salles (PP) e uma de Ângelo Coronel (PSD). Em contrapartida, ele propôs uma modificação de sua autoria, excluindo os produtos destinados à higiene pessoal, que “são mais utilizados pela população de baixa renda, minimizando os efeitos decorrentes da proposta de elevação geral da carga tributária”.